



5º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 001/2021

QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO nº 001/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM OS MINISTÉRIOS PÚBLICOS DOS ESTADOS, PARA O COMPARTILHAMENTO DE DESPESAS DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESPAÇO PARA USO COMUM DAS INSTITUIÇÕES EM BRASÍLIA - DF.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 04.034.450/0001-56, com sede na Rua Marechal Deodoro, 472, Ipase, Rio Branco/AC, doravante denominado simplesmente MPAC, neste ato representado pelo seu Procurador-Geral de Justiça, Danilo Lovisaro do Nascimento.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 34.869.354/0001-99, com sede na Rua Araxá, s/nº, Bairro: Araxá – Macapá/AP, doravante denominado simplesmente MP/AP, neste ato representado pelo seu Procurador-Geral de Justiça, Paulo Celso Ramos dos Santos.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 04.142.491/0001-66, com sede na 5ª Avenida do CAB, nº 750, 3º andar, Centro Administrativo da Bahia, Salvador/BA doravante denominado simplesmente MP/BA, neste ato representado pelo seu Procurador-Geral de Justiça, Pedro Maia Souza Marques.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 02.304.470/0001-74, com sede na Rua Procurador Antônio Benedito Amâncio Pereira, nº 121, Bairro: Santa Helena, Edifício Promotor Edson Machado, Vitória/ES, doravante denominado simplesmente MP/ES, neste ato representado pelo seu Procurador-Geral de Justiça, Francisco Martínez Berdeal.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 14.921.092/0001-57, com sede na Rua 04, s/nº - Ed. Sede do Ministério Público - CPA, Cuiabá/MT doravante denominado simplesmente MP/MT, neste ato representado pelo seu Procurador-Geral de Justiça, Deodete Cruz Júnior.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 03.983.541/0001-75, com sede na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Sales, nº 214, Bairro: Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, doravante denominado simplesmente MP/MS, neste ato representado pelo seu Procurador-Geral de Justiça, Romão Avila Milhan Júnior.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 84.009.794/0001-44, com sede na Avenida Santos Dumont, nº 710, Bairro: São Pedro, Boa Vista/RR, doravante denominado simplesmente MP/RR, neste ato representado pelo seu Procuradora-Geral de Justiça, Fábio Bastos Stica.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 04.381.083/0001-67, com sede na Rua Jamari, nº 1555 - Bairro: Olaria, Cep.: 76801-917, doravante

denominado **MP/RO**, neste ato representado pelo seu Procurador-Geral de Justiça, Ivanildo de Oliveira.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 31.361.922/0001-58, com sede na Avenida Cel. Teixeira, nº 7995 - Bairro: Nova Esperança, Cep.: 69.037-473 doravante denominado **MP/AM**, neste ato representado pelo seu Procurador-Geral de Justiça, Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 01.786.078/0001-46, com sede na Quadra 202 Norte, Conj. 01, lotes 5/6, Avenida LO-04, doravante denominado **MP/TO**, neste ato representado pelo seu Procurador-Geral de Justiça, Luciano Cesar Casaroti.

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021 e Lei Complementar n. 291/2014, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por finalidade alterar a composição dos Ministérios Públicos no compartilhamento das despesas, objeto do Convênio nº 001/2021, com a inclusão do Ministério Público do Estado de Tocantins e a exclusão do Ministério Público do Estado de Rondônia, e apresentar o Plano de Trabalho referente às despesas do período de janeiro/2024 a dezembro/2024.

Subcláusula Primeira – A partir da assinatura do presente Termo Aditivo, com a saída do Ministério Público do Estado de Rondônia do compartilhamento das despesas, objeto do Convênio nº 001/2021, será realizada a devolução do recurso referente ao período de outubro a dezembro de 2024, com exceção dos rendimentos e de 1% da taxa administrativa.

Subcláusula Segunda – Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

a) Recursos relativos ao presente exercício, no valor de **R\$ 42.115,22** (Quarenta e dois mil, cento e quinze reais e vinte e dois centavos), correrão à conta da dotação alocada no orçamento do CONCEDENTE MPTO:

- **Unidade Orçamentária: 07010 – Procuradoria-Geral de Justiça**
- **Programa de trabalho: 03.122. 1144. 2210 – Coordenação e manutenção dos serviços administrativos**
- **Identificador Exercício Fonte: 1 – Recursos do Exercício Corrente**
- **Fonte: 500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**
- **Natureza: 333041 – CONTRIBUIÇÕES.**

b) Recursos referentes à contrapartida do CONVENIENTE, relativos ao rateio entre os partícipes no presente exercício, representando **R\$ 168.460,88** (Cento e sessenta e oito mil quatrocentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos), correrão à conta da dotação alocada no orçamento:

- **Unidade Orçamentária: 2023/46 – Ministério Público do Estado do Acre**
- **Programa de Trabalho: 304.001.03.091.2294.1277 – Fortalecimento Institucional e Inovação**
- **Natureza: 3.3.90.37 e 3.3.90.39**
- **Fonte de Recurso: 1500 0100 – Contrapartida**
- **Destinação: 00000 - Livre**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no instrumento original, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O presente TERMO será publicado, de forma resumida, no Diário Eletrônico do MPAC.

E, estando assim justos e acordados, declaram-se cientes e esclarecidos quanto às cláusulas deste Termo Aditivo, firmando o presente em 10 (dez) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

(assinado eletronicamente)

(assinado eletronicamente)

Danilo Lovisaro do Nascimento
Procurador-Geral de Justiça do MPAC

Paulo Celso R. dos Santos
Procurador-Geral do MPAP

(assinado eletronicamente)
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Procurador-Geral do MPAM

(assinado eletronicamente)
Pedro Maia Souza Marques
Procurador-Geral do MPBA

(assinado eletronicamente)
Francisco Martínez Berdeal
Procurador-Geral do MPES

(assinado eletronicamente)
Deosdete Cruz Junior
Procurador-Geral do MPMT

(assinado eletronicamente)
Romão Avila Milhan Junior
Procurador-Geral do MPMS

(assinado eletronicamente)
Ivanildo de Oliveira
Procurador-Geral do MPRO

(assinado eletronicamente)
Fábio Bastos Stica
Procurador-Geral do MPRR

(assinado eletronicamente)
Luciano Cesar Casaroti
Procurador-Geral do MPTO

Testemunhas:



Documento assinado eletronicamente por **Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, Procurador(a) - Geral de Justiça**, em 03/10/2024, às 23:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO CELSO RAMOS DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 04/10/2024, às 09:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANILO LOVISARO DO NASCIMENTO, Procurador-Geral de Justiça**, em 04/10/2024, às 09:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **IVANILDO DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 04/10/2024, às 10:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Bastos Stica, Procurador-Geral de Justiça**, em 04/10/2024, às 10:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Romão Avila Milhan Junior, Usuário Externo**, em 04/10/2024, às 12:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Deosdete Cruz Junior, Usuário Externo**, em 04/10/2024, às 13:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Martínez Berdeal, Procurador-Geral de Justiça**, em 04/10/2024, às 13:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra, Agente de Serviço - Administrativo**, em 04/10/2024, às 15:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO MAIA SOUZA MARQUES, Promotor de Justiça**, em 04/10/2024, às 17:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO CESAR CASAROTI, Usuário Externo**, em 11/10/2024, às 12:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Jorge de Moura Abraham, Diretor(a)**



Geral, em 11/10/2024, às 12:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link
http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1444747**
e o código CRC **3B7ADC46**.



PLANO DE TRABALHO – II

Exercício de 2024

1. DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade Proponente Ministério Público do Estado do Acre		CNPJ: 04.034.450.0001-56	EA: Estadual
Endereço: Avenida Marechal Deodoro, 472 Ipase			
Município Rio Branco		UF AC	CEP 69.900-333
Email: procuradoriageral@mpac.mp.br		DDD/Telefone 3212-2000	DDD/Fax
Conta Corrente 9.299-1	Banco 001	Agência 3550-5	Praça de Pagamento Rio Branco
Nome do Responsável Danilo Lovisaro do Nascimento		Cargo Procurador-Geral de Justiça	CPF 001.299.517-73
C.I./Órgão Expedidor 328779 SSP/AC		Função Procurador-Geral de Justiça	
Endereço Residencial do Responsável Rua Independência n. 10, Residencial Buriti, Apto 1002			
Email do Responsável procuradoriageral@mpac.mp.br		DDD/Telefone -	DDD/Celular

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO: Instalação de unidade física dos Ministérios Públicos Estaduais no Distrito Federal.	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
	Jan/2024	Dez/2024
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO: Permitir o compartilhamento de imóvel locado e dos custos de instalação, no Distrito Federal, para utilização dos Ministérios Públicos Estaduais signatários.		
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO: A Recomendação n.º 57, de 05 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, recomenda às Administrações Superiores das unidades do Ministério Público da União e dos Estados que valorizem o trabalho da Instituição junto aos Tribunais, criando-se e aperfeiçoando-se as estruturas materiais e humanas necessárias à atuação resolutiva do Ministério Público como instituição garantidora dos direitos e das garantias constitucionais fundamentais da sociedade. O art. 8º da citada Recomendação frisa a necessidade de distribuição de memoriais e da realização de sustentações orais, o que é reforçado pelo art. 19, <i>in verbis</i> : “Art. 19. É dever do membro do Ministério Público que atua junto aos Tribunais atender ao público e aos advogados , comparecer às sessões de julgamento para as quais estiver designado e, nas causas em que estiver atuando como parte e/ou custos iuris (fiscal da ordem jurídica), sempre que adequado e pertinente, praticar, principalmente nas causas de relevância social, sem prejuízo de outros atos, os seguintes: a) <u>provocar e participar das sessões de conciliação e mediação;</u> b) <u>entregar memoriais;</u>		

c)realizar sustentação oral;

d)interpor Recursos Especial, Extraordinário e outros recursos admitidos pelo sistema processual.”

Nesse sentido, para o aprimoramento da atuação dos Ministérios Públicos Estaduais junto aos Tribunais Superiores, mister a instalação de unidade física no Distrito Federal.

Oportuno destacar que o CNMP, nos autos do Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00780/2016- 90, referendou a adoção dos atos administrativos praticados pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, para aquisição de imóvel na Capital Federal.

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

META	ETAPA FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			Unid.	Quant.	Início	Término
1	-	Locação, instalação, manutenção e funcionamento de espaço corporativo.	Und	1	Jan/24	Dez/24
	1.1	Locação de Imóvel	Und	1	Jan/24	Dez/24
	1.2	Serviços Terceirizados	Und	4	Jan/24	Dez/24
	1.3	Taxa de Administração	Und	1	Jan/24	Dez/24

4. DETALHAMENTO DA DESPESA

META	DESCRIÇÃO	INDICADOR FÍSICO		VALOR MENSAL		VALOR ANUAL
		Unid	Quant	Unitário	Total	
1	Locação de Imóvel	Und	1	102.505,10	102.505,10	1.230.061,20
2	Servente	Und	1	5.807,98	5.807,98	69.695,76
3	Garçom	Und	1	5.960,61	5.960,61	71.527,32
4	Copeira	Und	1	4.581,16	4.581,16	54.973,92
5	Recepcionista	Und	1	6.239,85	6.239,85	74.878,20
6	Taxa de Administração 1%	Und	1	15.011,40	15.011,40	15.011,40
TOTAL						1.546.147,80

5. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

NATUREZA DA DESPESA		TOTAL	CONCEDENTE	CONVENENTE	MPTO
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO				
33.90.37	Locação de Mão de Obra	271.075,20	271.075,20	0,00	7.529,87
33.90.39	Outros Serviços de Terceiros-PJ	1.230.061,20	1.063.268,26	166.792,94	34.168,37
-	Taxa de Administração 1%	15.011,40	13.343,46	1.667,94	416,98
TOTAL GERAL		1.546.147,80	1.347.686,92	168.460,88	42.115,22

6.CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - R\$ 1,00

6.1– Cronograma de Desembolso Total, excluindo o valor do saldo remanescente e de rendimento de aplicação financeira

Jan/2024	Fev/2024	Mar/2024	Abr/2024	Mai/2024	Jun/2024
126.345,65	126.345,65	126.345,65	126.345,65	126.345,65	126.345,65
Jul/2024	Ago/2024	Set/2024	Out/2024	Nov/2024	Dez/2024
126.345,65	126.345,65	126.345,65	126.345,65	126.345,65	126.345,65
Total		1.516.147,80			

6.2– Cronograma de Desembolso Por Ministério Público

Jan/2024	Fev/2024	Mar/2024	Abr/2024	Mai/2024	Jun/2024
14.038,41	14.038,41	14.038,41	14.038,41	14.038,41	14.038,41
Jul/2024	Ago/2024	Set/2024	Out/2024	Nov/2024	Dez/2024

14.038,41	14.038,41	14.038,41	14.038,41	14.038,41	14.038,41
Valor anual por Ministério Público				R\$ 168.460,88	

Os valores descritos no item 6.2 serão repassados em parcela única.

7. DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de prova junto aos Ministérios Públicos **Signatários**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas, na forma deste Plano de Trabalho e sob as penas do art. 299 do Código Penal.

8. APROVAÇÃO

Declaramos que este Plano de Trabalho contém todos os requisitos técnicos pertinentes a sua perfeita execução, bem como foi submetido às instâncias técnicas necessárias, para que possa guardar conformidade com as exigências legais aplicáveis, assim submetendo-o à aprovação das autoridades competentes e por intermédio de seus representantes por via digital acessível aos participantes.

Nesses termos, pede deferimento.

(assinado eletronicamente)
Daniilo Lovisaro do Nascimento
Procurador-Geral de Justiça do MPAC

(assinado eletronicamente)
Paulo Celso R. dos Santos
Procurador-Geral do MPAP

(assinado eletronicamente)
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Procurador-Geral do MPAM

(assinado eletronicamente)
Pedro Maia Souza Marques
Procurador-Geral do MPBA

(assinado eletronicamente)
Francisco Martínez Berdeal
Procurador-Geral do MPES

(assinado eletronicamente)
Deosdete Cruz Junior
Procurador-Geral do MPMT

(assinado eletronicamente)
Romão Avila Milhan Junior
Procurador-Geral do MPMS

(assinado eletronicamente)
Ivanildo de Oliveira
Procurador-Geral do MPRO

(assinado eletronicamente)
Fábio Bastos Stica
Procurador-Geral do MPRR

(assinado eletronicamente)
Luciano Cesar Casaroti
Procurador-Geral do MPTO



Documento assinado eletronicamente por **Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior, Procurador(a) - Geral de Justiça**, em 03/10/2024, às 23:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO CELSO RAMOS DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 04/10/2024, às 09:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANILO LOVISARO DO NASCIMENTO, Procurador-Geral de Justiça**, em 04/10/2024, às 09:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **IVANILDO DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 04/10/2024, às 10:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Bastos Stica, Procurador-Geral de Justiça**, em 04/10/2024, às 10:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Romão Avila Milhan Junior, Usuário Externo**, em 04/10/2024, às 12:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Deosdete Cruz Junior, Usuário Externo**, em 04/10/2024, às 13:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Martínez Berdeal, Procurador-Geral de Justiça**, em 04/10/2024, às 13:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO MAIA SOUZA MARQUES, Promotor de Justiça**, em 04/10/2024, às 17:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO CESAR CASAROTI, Usuário Externo**, em 11/10/2024, às 12:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1444748** e o código CRC **62A7B783**.